

Percepção dos participantes da implementação das demandas do Orçamento Popular Participativo no município de Guarabira-PB

1 Clemilson de França Cardoso^[1], 2 Allyne de Almeida Ferreira Ramos^[2]
^[1] clemilsongba@yahoo.com.br / IFPB / Especialização em Gestão Pública.
^[2] alynealmeida3@hotmail.com / IFPB / Doutora em Economia pela UFPB.

Resumo

O estudo debruça-se pelo entendimento dos participantes do Orçamento Popular Participativo-OPP do município de Guarabira-PB. A pesquisa tem objetivo de analisar a percepção dos participantes (representantes do poder público e sociedade civil) da implementação das demandas do Orçamento Popular Participativo no período de 2013 a 2018, no município de Guarabira-PB. Foram entrevistados 11 pessoas poder público municipal e 9 representantes da sociedade civil do município. Em termos de aspectos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem como quantitativa/qualitativa. As questões de análise do OPP foram analisadas por nível como o da escala Likert. Portanto, OPP de Guarabira-PB, é um instrumento adotado a fim de estabelecer um canal de participação direta entre os/as cidadãos e a gestão pública municipal, demonstram-se ser uma ferramenta de controle social, sendo importante na manutenção da fiscalização dos orçamentos públicos e implementação de políticas públicas municipais.

Palavras-chave: Democracia 1. Orçamento 2. Gestão pública 3.

Abstract

The study is based on the understanding of the Participatory People's Budget-PPO in the municipality of Guarabira-PB. The objective of this research is to analyze the perception of the participants (representatives of public power and civil society) of the implementation of the demands of the Popular Participatory Budget in the period from 2013 to 2018, in the municipality of Guarabira-PB. We interviewed 11 people municipal public power and 9 representatives of the civil society of the municipality. In terms of methodological aspects, this research characterizes the approach as quantitative / qualitative. The OPP analysis questions were analyzed by level such as the Likert scale. Therefore, the OPP of Guarabira-PB, is an instrument adopted to establish a channel of direct participation between citizens and municipal public management, are shown to be a social control tool, being important in the maintenance of budget oversight and implementation of municipal public policies.

Keywords: Democracy 1. Budget 2. Public management 3.

1 Introdução

A democracia no sentido etimológico do termo, significa “governo do povo” ou “governo da maioria” (ROSENFELD, 1984). Nesse sentido que a democracia, nos últimos anos, consolidou-se uma forma de organização. Historicamente na Europa no pós-guerra através da aplicação de um conceito restrito de soberania, ou seja, aquele que limita o papel do povo a poder dos governos (AVRITZER, 2002; MASCHIO et al., 2017). Dessa forma, a democracia representativa conceitua-se como: “decisões que são tomadas a respeito da coletividade inteira não são tomadas diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para essa finalidade” (BOBBIO, 2015, p. 75-77).

A elaboração, implementação e a execução do Orçamento Público municipal é um instrumento utilizado pela gestão pública que reflete em estratégia de alocação das despesas do governo (FEITOSA e OLIVEIRA, 2013).

Neste contexto, que para atender as normas vigentes na Constituição Federal de 1988, no art. 165, no que apresenta os instrumentos legais de organização orçamentária públicas como: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988). Com a intenção de obedecer aos princípios orçamentários descritos na Lei nº 4.320/1964, e na Lei Complementar nº 101/2000, a saber: unidade ou totalidade, universalidade, anualidade ou periodicidade, exclusividade, orçamento bruto,

legalidade, publicidade, transparência na gestão pública (BRASIL, 2012).

A implementação do Orçamento Popular Participativo (OPP) é originada da necessidade da participação social, pois essa democracia participativa está diretamente vinculada às oportunidades de participação da população diante dos direitos e deveres de uma determinada sociedade (MIGUEL, 2017; CARVALHO JUNIOR e CARVALHO, 2028). Dessa forma, a participação da sociedade nesses processos de elaboração e implementação do orçamento público torna-se importante com instrumento de controle social (CARDOSO et al., 2018). Quanto à participação cidadã, é um processo complexo e contraditório entre sociedade civil e estado em um processo de fortalecimento da sociedade civil mediante atuação social junto ao poder público (BIER, 2016; AZEVEDO; MEDEIROS, 2018).

Na literatura brasileira, pesquisa foi realizada com o objetivo de mostrar a importância do Orçamento participativo para a gestão pública, além de mostrarem o grau de relevância dos representantes do governo e da sociedade civil (SOUZA, 2000; TAVARES, 2017). Tendo em vista o planejamento para as leis orçamentárias (CULAU, 2005), bem como também mostrar a importância social na elaboração das políticas públicas (OLIVEIRA, 2009), além de apresentar estratégias legais adotadas pelas gestões públicas diante da implementação do orçamento participativo (MASCHIO et al., 2017). No entanto, os estudos de Rodrigues e Chaves (2017) mostram o perfil do Orçamento Participativo na Paraíba. E no município de Guarabira-PB, a pesquisa realizada por Lima (2015) mostrou a percepção dos moradores do Bairro Mutirão sobre o entendimento do OPP no ano de 2016 para o município. Porém, ainda existe uma lacuna sobre o Orçamento Popular Participativo de Guarabira-PB sobre o enfoque da compreensão popular e aplicabilidade das reivindicações dos participantes durante as plenárias.

Esse estudo debruça-se sobre o entendimento dos participantes do Orçamento Popular Participativo (OPP) do município de Guarabira-PB, o qual se apoia na democracia, na sociedade, no processo participativo da população junto a gestão pública municipal. Dessa forma, o OPP no município de Guarabira-PB, organiza-se segundo a Lei Municipal nº 1028/2013, que é realizado e organizado da seguinte maneira: o município de Guarabira é dividido em 16 (dezesseis) áreas geográficas com o objetivo de facilitar o processo de articulação na realização das plenárias regionais, e assim discutir com a população prioridades, tendo em vista a

implementação das demandas públicas municipais. Ao encerrar o processo com a plenária final com os representantes do poder público municipal e sociedade civil, a fim de identificar as prioridades para incorporá-las nas Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei das Diretrizes Orçamentária (LDO) e Plano Plurianual (PPA). Portanto, esta pesquisa tem objetivo de analisar a percepção dos participantes (representantes do poder público e sociedade civil) da implementação das demandas do Orçamento Popular Participativo no período de 2013 a 2018, no município de Guarabira-PB.

Além dessa introdução, este estudo está dividido em mais quatro seções. A segunda seção é destinada ao referencial teórico. A terceira seção é reservada à metodologia. Por sua vez, a quarta seção apresenta os resultados. E, por último, as considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 O orçamento público e o orçamento participativo

Inicialmente os primeiros relatos de orçamento participativo de que se tem notícia no Brasil remontam ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980 (MASCHIO et al., 2017). Tais experiências foram implementadas em municípios pequenos e médios, sendo possível citar as de Lages-SC, Boa Esperança - ES, Diadema - SP e Vila Velha - ES (FARIA, 2010). Segundo Minghelli (2005), relata as experiências de maior repercussão sobre orçamento participativo, foi a do município de Porto Alegre, adotado deste ano de 1989, por incentivo da gestão do Partido dos Trabalhadores, e sucessivamente implementados Conselhos Populares, com o objetivo de proporcionar a participação cidadão na gestão pública.

E assim, tornando-se uma referência em nível de gestão governamental com a participação social, que seja em plenárias, conferências, fórum em diferente esfera governamental, em busca de priorizar a participação social no desenvolvimento de políticas públicas (SOUZA, 2011). Configurando-se como uma ferramenta que permite ao cidadão participar como protagonista nas escolhas na Administração Pública (PIRES, 2001; ROSA et al., 2018).

Para Souza (2008), é necessário que o cidadão seja protagonista nas decisões dos investimentos dos recursos públicos para a melhoria nas implementações de políticas públicas para a saúde, educação, saneamento básico, etc. No entanto, conforme Silva (2011) e Araújo (2011), o OPP ainda precisa ser mais difundido entre todas as classes sociais, como forma de inserção dos anseios sociais,

promovendo uma melhor integração entre os órgãos públicos e a demanda social (SILVA e ARAÚJO, 2011).

Historicamente, a partir da publicação da Constituição Federal de 1988, o País passou a conviver com novas formas de políticas sociais que promoveram a integração entre o poder público e a sociedade, essa mudança contribuiu para um entendimento social do funcionamento das políticas públicas (CAVALCANTE, 2007).

Diante dos compromissos formulados com a Constituição de 1988, estava o de restaurar a Federação através da descentralização político-administrativa e do fortalecimento da democracia por meio do empoeiramento das comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas. É diante dessa premissa que o OPP começa a formular mecanismos de participação social (COSTA, 2010).

No âmbito da administração pública que seja na esfera federal, estadual ou municipal, precisam apresentar seus orçamentos planejados da seguinte forma: O PPA (Plano Pluri-anual), a LDO (lei de diretrizes orçamentária) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Dessa forma, a sociedade tem a oportunidade de participar destacando as prioridades de investimento que seja, em saneamento, saúde, educação, etc. (OLIVEIRA, 2009). O Art. 165. Da Constituição Federal (1988) define as atribuições:

I - O plano plurianual;

II - As diretrizes orçamentárias;

III - Os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de

aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988).

O modelo implantado de orçamento participativo se posiciona em meio ao debate de novas estratégias para ouvir a população, e assim, responder as suas necessidades com políticas afirmativas (CAVALCANTE, 2007).

Nascimento e Kuester (2010) destaca que para efetivar a elaboração do OPP, torna-se prioridade elencar itens importantes: (i) a ética política da administração pública; (ii) a sensibilização da sociedade civil para o engajamento nas atividades de planejamento orçamentário; (iii) ampla divulgação para que a população conheça o projeto de construção do OP; (iv) intensa mobilização comunitária em todas as etapas; (v) colaboração de todos os segmentos sociais: lideranças comunitárias, sindicalistas, igrejas, ONGs, estudantes, associações rurais e urbanas, movimentos, poder legislativo e executivo.

Além das conquistas democráticas e legais, é importante destacar o papel dos movimentos sociais no século XX diante de uma nova conjuntura socioeconômica, cultural, e principalmente diante das formulações das políticas públicas (SANTOS, 2006).

Conforme Horochovski e Clemente (2012), com a abertura política, o Estado foi permeada pelos movimentos sociais com foco em implementar a sua participação diante do processo de elaboração das políticas públicas.

3 Método da pesquisa

O município de Guarabira-PB, Mesorregião do Agreste paraibano, dista 96 km da capital do estado da Paraíba, João Pessoa. Limita-se o Norte com Pirpirituba, ao Sul: Alagoinha e Mulungu, a leste: Araçagi, a oeste: Pilôezinhos e Cuitegi. A população é de 55.326, (população estimada de 58.492 no ano de 2018) sendo 6.366 residentes na zona rural e 48.960 residentes na zona urbana (IBGE, 2010).

Foram entrevistados 11 pessoas do poder público sendo 2 representantes da Secretaria de Planejamento, 2 representantes da Secretaria da Mulher, 2 representantes da Secretaria de Administração, 1 representante da secretaria de Educação, 1 representante da secretaria de Saúde, 1 representante da Secretaria de Comunicação, 1 Secretaria de Cultura, 1 chefe de Gabinete Municipal. E dos 9 representantes da sociedade civil foram 2 estudantes, 4 autônomos, 1 agente comunitário de saúde, 1 doméstica e 1 aposentado. Representando os seguintes bairros: Nordeste, Explanada, Centro, Areia branca, Bairro novo, Clovis Bezerra, Cordeiro, São

José, Santa Terezinha e Mutirão. Sendo esses os bairros de maior representatividade demográfica do município.

Em termos de aspectos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem como quantitativa/qualitativa, aos objetivos dentro de uma perspectiva descritiva, e, quanto ao método, consiste em uma survey.

A pesquisa com survey pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 33).

Essa pesquisa é quantitativa porque segundo Diehl (2004), se caracteriza pelo emprego da quantificação na coleta e tratamento dos dados através de questionários, utilizando-se técnicas estatísticas, e nessa pesquisa, os dados serão quantificados e mensurados a partir da percepção dos entrevistados objetivando a obtenção de frequência das respostas. E também é descritiva porque, conforme afirma Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa descritiva visa observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, e com a intenção de descrever o processo de concordância dos informantes da pesquisa com a realização do OPP do município de Guarabira-PB.

As questões de análise do Orçamento Popular Participativo foram analisadas através de um questionário composto por 10 perguntas fechada e aberta, com base na escala *Likert* de seis pontos: 1 concordo totalmente; 2 concordo; 3 nem concordo; 4 nem discordo, 5 discordo, 6 discordo totalmente. Enquanto mais próximo ou igual a seis, maior será índice de concordância dos entrevistados com o OPP.

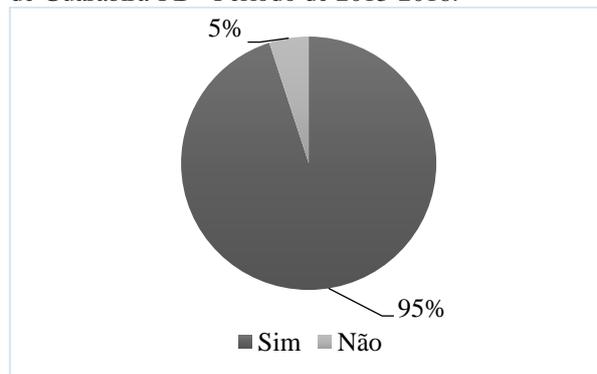
4 Resultados da pesquisa

Através dos princípios que regulamenta o OPP no município de Guarabira-PB, o orçamento é construído com a participação da sociedade, e assim, a população tem a oportunidade de apresentar demandas de políticas públicas com o objetivo de melhorar os serviços oferecidos pelo município, e posteriormente, ser executado pelo poder executivo. (MOTA e BLACHERIENE, 2012).

O OPP de Guarabira-PB é um instrumento adotado a fim de estabelecer um canal de participação direta entre os/as cidadãos e a gestão pública municipal, com a seguinte configuração que envolve a sociedade, as instituições governamentais e não governamentais para discutir pontos importantes para serem realizados pela administração municipal. O Gráfico 1 mostra a percepção dos informantes da pesquisa sobre o OPP no município de Guarabira, onde 95% consideram o OPP como sendo uma ação democrática e 5% mencionaram que não, dessa forma os participantes demonstram conhecer a importância do OPP como um instrumento de democracia. Tal resultado vai de encontro ao fato mencionado por Mota e Santos (2008), a democracia com a participação efetiva da sociedade, é considerada um avanço na democracia brasileira, é de extrema importância na elaboração e implantação das políticas públicas dos municípios, visto que a participação da sociedade nas tomadas de decisões é indispensável para o controle social da gestão pública.

Para Azevedo e Medeiros (2018), o estudo do orçamento democrático como uma prática da democracia participativa, que visa o empoderamento da sociedade no planejamento da base orçamentárias públicas, que serve para poder exigir, do executivo, melhorias para a qualidade de vida da sociedade em âmbito municipal em suas respectivas comunidades.

Gráfico 1- O OPP é uma ação de democracia no município de Guarabira-PB - Período de 2013-2018.

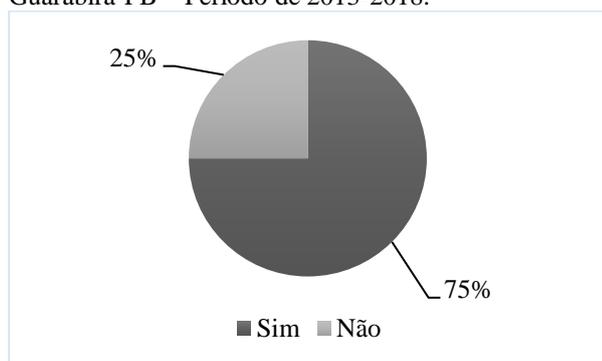


Fonte: Elaboração própria.

A informações do gráfico 2 elenca como é a percepção de implementações e práticas do OPP em Guarabira-PB, 75% concordam e 25% não concordam, demonstrando então, que concordam com o modelo de plenária, escolha dos representantes e maneira que é feita a eleição dos delegados e representantes durante o processo do OPP no município. Entretanto, no estudo de Rosa et al. (2018), a percepção dos participantes do orçamento participativo no município de Santana do Livramento-RS, a pesquisa demonstrou que as

demandas não estão sendo realizadas conforme previsto no OPP, e isso ocorre por falta de experiência, pois o orçamento participativo é uma metodologia recente adotada que ainda, necessita de aprimoramento quanto à implementação das demandas mencionadas nas plenárias.

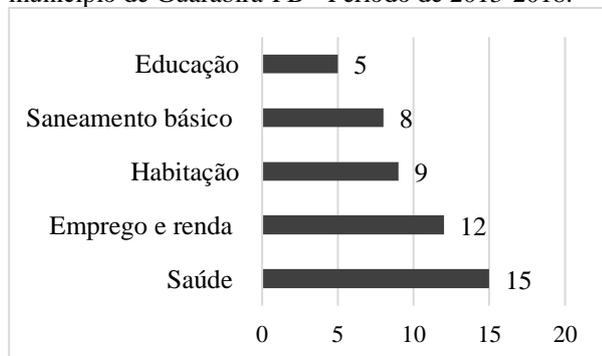
Gráfico 2 - A percepção e prática do OPP no município de Guarabira-PB – Período de 2013-2018.



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 3 mostra os resultados sobre os principais problemas das políticas públicas do município de Guarabira-PB, dessa forma, houve 15 citações que consideram mais problemáticas existentes no setor da saúde, mostrando-se uma das prioridades mencionados pela população investigada, 12 citações referente as dificuldades em geração de emprego e renda, 9 citações mencionadas quanto a dificuldades em relação as habitações, 8 citações referente a saneamento básico e 5 citações que refere-se a problemas na educação do município como descrito no gráfico 3. O entendimento dos informantes, é no setor da saúde pública municipal onde precisa de mais investimentos e adequação para um atendimento com dignidade.

Gráfico 3- Principais problemas das políticas públicas no município de Guarabira-PB - Período de 2013-2018.

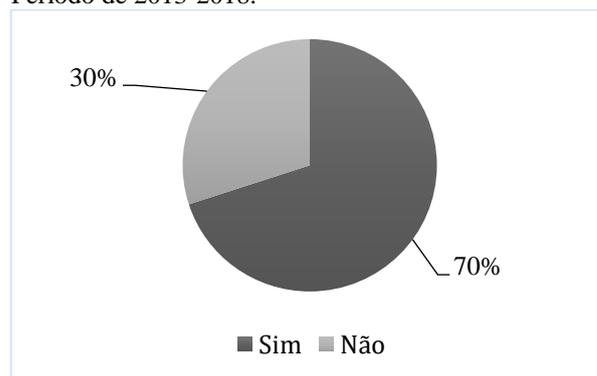


Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 4 apresenta os resultados sobre participação dos informantes da pesquisa em audiências públicas do OPP, dessa forma 70%

participaram das audiências que ocorreram no período mencionado no estudo e 30% não participaram das audiências no município (Gráfico 4). Tal resultado demonstram que há um compromisso social dos entrevistados, mostrando-se assíduos nas reuniões de audiências públicas, com a decisão de participar e reivindicar as prioridades no âmbito municipal.

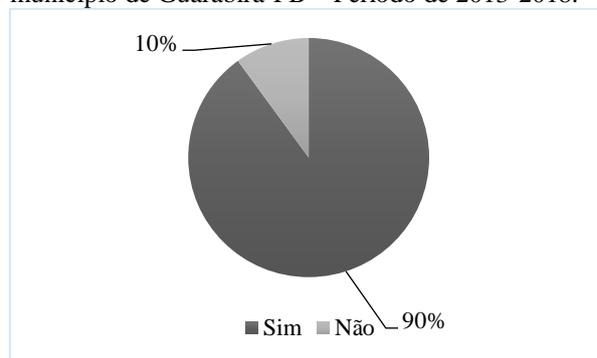
Gráfica 4 - Participação dos informantes nas audiências públicas no município de Guarabira-PB – Período de 2013-2018.



Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, o Gráfico 5 mostra os resultados sobre conhecimento dos informantes sobre o PPA, LDO e LOA, onde 90% afirmaram conhecerem o Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual e 10% mencionaram que não conhecem nenhum dos instrumentos questionados. Esses resultados demonstram que são conscientes quanto ao processo que envolve o planejamento orçamentário do município.

Gráfico 5- Conhecimento sobre PPA, LDO e LOA no município de Guarabira-PB – Período de 2013-2018.



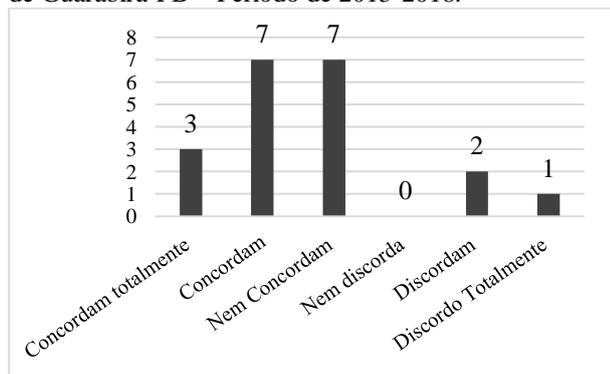
Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apresentados no Gráfico 6 mostram o grau de concordância quanto a contemplação do OPP e projetos para as comunidades para o município de Guarabira-PB. Dos resultados apresentados, 7 dos entrevistados concordam com OPP, 7 nem concordam, 3 concordam totalmente, 2 discordam e 1

discorda totalmente. De modo geral, os entrevistados estão de acordo com o processo de organização do OPP, mostrando uma certa afinidade com o modo que é planejado, já os que discordam talvez tenha ligação com a forma de divulgação do OPP realizado pela gestão municipal, que feita através de carro de som e nos meios de comunicação com rádio local e na internet, sendo uma divulgação rápida e superficial.

Em estudo realizado no município de Juazeiro-BA, mostrou resultados excelente sobre a participação da população, pois a prefeitura criou programas próprios de participação na descentralização da gestão municipal, permitindo à população, maior envolvimento e conhecimento sobre o planejamento orçamentário do município, construindo-se assim, uma gestão mais justa e igualitária (MOTA e SANTOS, 2018).

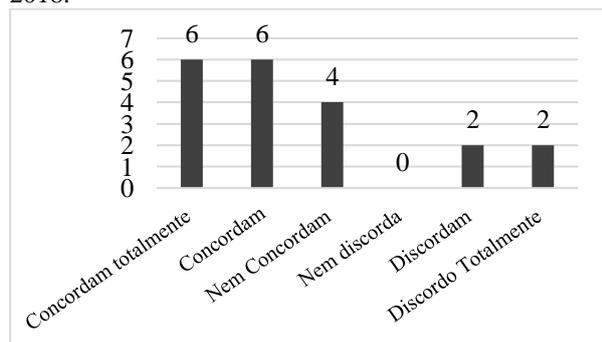
Gráfico 6 - Grau de Concordância com o OPP no município de Guarabira-PB – Período de 2013-2018.



Fonte: Elaboração própria.

Já no gráfico 7 mostra que o grau de concordância com a construção da OPP, ou seja, se há concordância com que está sendo elaborado o OPP no município de Guarabira, na Paraíba. Esse gráfico mostra que 6 concordam totalmente, 6 concordam, 4 nem concordam, 2 discordam, 2 discordo totalmente. Mostrando que a populações pesquisadas concordam com o instrumento utilizado na construção do OPP.

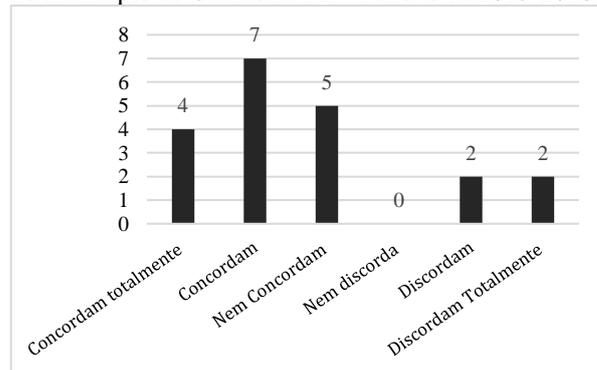
Gráfico 7 - Grau de concordância com a construção do OPP no município de Guarabira-PB – Período de 2013-2018.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 8 mostra como os participantes confiam na administração pública se cumprirá o que foi estabelecido no OPP, quanto as propostas e sugestões direcionadas pala população, onde 7 concordam, 5 nem discordam 4 concordam totalmente, 2 discordam e 2 discordam totalmente.

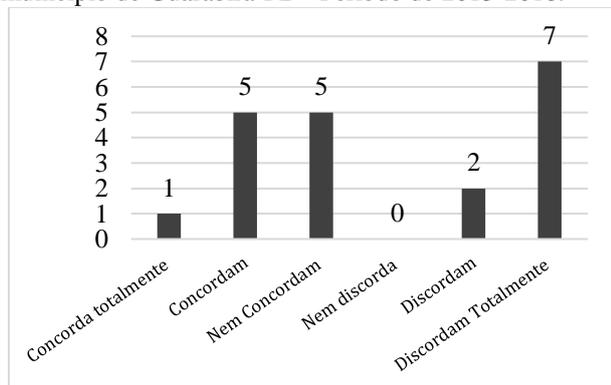
Gráfico 8 - Grau de confiança na administração pública quanto ao cumprimento do que foi estabelecido no OPP no município de Guarabira-PB - Período de 2013-2018.



Fonte: Elaboração própria.

Grau de concordância quanto a atitude do governo, se o mesmo está interessando em atender as necessidades da população do município é exposto no Gráfico 9, que tem como resultados: 7 discordam totalmente, 5 concordam, 5 nem concordam, 2 discordam, 1 discorda totalmente. Dessa forma, os informantes estão entre o grau que não concordam que irão serem atendidos em todas as reivindicações elencadas nas plenárias do OPP. Corroborando com tal resultado o estudo de Rosa et al., (2018) mostraram nos seus resultados da pesquisa realizada em Santana do Livramento-RS, que as demandas não estão sendo realizadas conforme previsto no Orçamento Participativo Municipal, e isso acontecem principalmente por falta de experiência, pois o orçamento participativo é uma metodologia recente, devendo ser aprimorada lentamente para que os objetivos sejam alcançados de forma eficaz assistindo a população de maneira digna e mostrando-se transparente quanto às contas públicas.

Gráfico 9 - Grau de concordância com as atitudes do governo em atender as necessidades da população no município de Guarabira-PB - Período de 2013-2018.



Fonte: Elaboração própria.

No geral, os resultados mostram que existe uma relação de entendimento entre a proposta do OPP e a população investigada, porém ainda existe uma certa dificuldade entre o público analisado em entender como é implementada as políticas públicas e também como é realizado o orçamento anual do município, outra implicação é sobre o atendimento das demandas oriundas do OPP, pois a população não consegue associar as ações e políticas públicas implementadas nos bairros e a sua relação com o OPP.

Entende-se, que a participação popular não pode ser apenas um instrumento de controle dos recursos financeiros. Mas, que detenha a preocupação de onde, quando e como é gasto o dinheiro público, tal fator termina sendo uma das grandes preocupações em relação aos gastos públicos. Por exemplo, como os Conselhos Municipais, pode atuarem em prol da fiscalização e segurança da aplicabilidade dos recursos financeiros nas instituições públicas. Portanto, essa participação tem que se dar em todas as fases das políticas públicas, desde a criação, planejamento e principalmente na execução (MASCHIO et al., 2017).

5 Conclusão

Este estudo procurou investigar e analisar a percepção dos participantes (representantes do poder público e sociedade civil) no município de Guarabira, na Paraíba.

O estudo comprovou que os informantes da pesquisa consideram o Orçamento Popular Participativo como um instrumento de ação democrática, tendo importância para a efetivação da gestão das políticas públicas de Guarabira-PB, a principal prioridade elencada com necessidade de atuação da gestão pública no setor de saúde pública. Mostraram-se também em concordância com modelo

de OPP desenvolvido no município. Porém, comprovou-se que os informantes não confiam totalmente, que as reivindicações da população elencadas nas plenárias do OPP serão atendidas pelo poder público municipal. Entende-se, que há uma certa dificuldade diante dos participantes em associar as demandas do OPP com as políticas pública implementada nos bairros.

Portanto, em relação às experiências de OPP, verificou-se no estudo elementos que o demonstram como uma ferramenta de participação social, sendo importante na manutenção da fiscalização dos orçamentos públicos e implementação de políticas públicas municipais, como previstos na legislação vigente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Responsabilidade Fiscal e controle social. Pois, essa ferramenta é de grande importância para a população e no caso do município investigado apresenta uma certa dificuldade para a população entender que as políticas públicas implementadas pelo os órgãos municipais estejam atendendo as necessidades locais.

Diante dos resultados alcançados, acredita-se que a pesquisa poderá servir como instrumento de suporte à população, prefeitura que pode utilizar os resultados para observar as diretrizes realizadas no OPP e também, como uma contribuição acadêmica para os próximos estudos a serem desenvolvidos sobre OPP no município de Guarabira-PB.

Contudo, ainda existem, alguns entraves que giram em torno da ideia de Políticas Públicas para o município. Acredita-se que, com o cumprimento das responsabilidades da gestão municipal e, com um maior envolvimento e interesse dos cidadãos Guarabirenses, essas dificuldades sejam sanadas e a população compreenda, participe e dialogue com a gestão municipal, tendo em vista um equilíbrio entre as contas públicas e a assistência e manutenção dos serviços básicos de assistência popular.

Referências

AVRITZER, L. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.** 2002, p.561-598.

AZEVEDO, A. P. O.; MEDEIROS, J. P. A concretização das propostas populares no orçamento participativo do estado da paraíba: o caso de catolé do Rocha. **CARPE DIEM: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX**, v. 16, n. 2, 2018, p. 56-74.

- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 13ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988**. [...] a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: Acessado em: 20 dezembro 2018.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 04 de maio de 2000. Disponível em: Acesso em: 20 dezembro 2018.
- CARDOSO, H. R. et al. Participação popular e controle social: uma análise dos conselhos públicos à luz da teoria habermasiana. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 116, 2018.
- CARVALHO JUNIOR, N. R.; CARVALHO, R.S. P. **A necessária reinvenção da democracia brasileira**: da democracia representativa à democracia de participação popular. In: Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania. 2018.
- CAVALCANTE, P. L. Orçamento Participativo: Estratégia rumo a gestão pública mais legítima e democrática. Brasília: **Revista de Políticas Públicas e gestão Governamental**. v. 6, nº 02, 2007.
- CHAVES, L.E.F. **Orçamento democrático da Paraíba: um instrumento inovador da política pública em 2016**. (Monografia), Curso de bacharel em ciências contábeis. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. João Pessoa, 2017, 74p.
- COSTA, D. M. D. Vinte anos de orçamento participativo: análise das experiências em municípios brasileiros. São Paulo: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**/ v. 15, n. 56,2010.
- CULAU, A. A. Planejamento e orçamento como instrumento de gestão. In: LEVY, E.; DRAGO, P. A. (org). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo, 2005, p.198-210.
- DIEHL, A.A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FARIA, J. B. S. **O gerencialismo no poder público municipal: o caso da reforma administrativa na empresa de urbanização do Recife**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getulio Vargas/FGV. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/EBAPE. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7934/1418547.pdf?sequence=1&i sAllowed=y>>. Acesso em 02 de março de 2019.
- FEITOSA, A. K.; OLIVEIRA, Fabiana Helcias. Controle do orçamento público municipal. **A Economia em Revista-AERE**, v. 21, n. 2, 2016 p. 49-60.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2018. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/guarabira/p anorama>> Acesso em 20 de janeiro de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, Senso Demográfico, 2010. disponível:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb /guarabira/panorama>>. Acesso em 20 de março de 2019.
- LIMA, J. A. **Orçamento popular participativo como uma ação democrática**: um estudo de caso no bairro mutirão, Guarabira (PB). Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Campina Grande-PB, 2015, p.32.
- MOTA, A.V.L.; BLIACHERIENE, A. C. Análise das variáveis recorrentes para o êxito do Orçamento Participativo e desenvolvimento do município. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 120, mensal, 2012, p.88 -94.

- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.
- MASCHIO, I.; DA SILVA, F. A.; NETO, L. M.; OSTROSKI, S. S. D. A participação popular no orçamento público: orçamento participativo em quatro municípios do sul do Brasil. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 6, n. 1, p. 85-102, 2017.
- MIGUEL, L. F. Resgatar a Participação: Democracia Participativa e Representação Política no Debate Contemporâneo. **Lua Nova**, n. 100, 2017, p.80-119.
- MINGHELLI, M. **Orçamento participativo: uma leitura jurídico-política**. Canoas: Ulbra, 2005.
- MOTA, A. J.; SANTOS, M. H. P. Orçamento Participativo e Gestão Social: O Município de Juazeiro/BA e suas experiências participativas. Id on Line **Revista de psicologia**, v. 12, n. 42, 2018 p. 180-197.
- NASCIMENTO, S.; KUESTER, A. **Participação popular no orçamento público**. CEARAH Periferia, BNDS, 2010.
- OLIVEIRA, P. R. M. **Desdobrando o orçamento municipal**. Porto Alegre: Centro de Assessoria e Estudos Urbano, 2009.
- PIRES, V. **Orçamento Participativo: O que é, para que serve, como se faz**. São Paulo, 2001.
- RODRIGUES, V. L. **Avanços e limites da democracia participativa: uma análise de experiência do orçamento participativo no município de João Pessoa**. (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) (Monografia) João Pessoa: UFPB, 2015. 92p.
- ROSA, N.H.Q.; GOULART, J.L.L.; TROIAN A. Percepção dos participantes do orçamento participativo em relação à implementação das demandas da população: estudo de caso no município de Santana do Livramento/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, 2018, p. 425-456.
- ROSENFELD, D. L. **O que é Democracia**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1984.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, M. R. S. democracia, orçamento participativo e educação política. **ORG & DEMO**, v.7, n.1/2 , 2006, p. 153-182.
- SILVA, A. L. A.; ARAÚJO, Y. S. **O orçamento democrático de João Pessoa: mecanismos de articulação**. Trabalho de conclusão de curso. Curso de especialização em gestão pública municipal modalidade a distância, 2011.
- SOUZA, L. A. M. Orçamento participativo e as novas dinâmicas políticas locais. **Lua Nova**, n. 84, p. 353–364, 2011.
- SOUZA, M. L. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, 2000, p.39-58.
- SOUZA, U. Gestão pública e participação popular proposta para um orçamento participativo municipal. In: PONT, R. **Gestão pública e democracia participativa**. Porto Alegre - RS, assembleia legislativa, 2008.
- TAVARES, André Luiz Souto et al. **Democracia e orçamento participativo: um estudo de caso do município de Vila Velha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018, p140.